

# **“CONSELHOS UTEIS”: O JORNAL O POPULAR COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE CONTROLE PATRIARCAL EM FLORIANO (PI) NO INÍCIO DO SÉCULO XX<sup>1</sup>.**

Amanda Lopes Morais<sup>2</sup>  
Laura Lene Lima Brandão<sup>3</sup>

## **RESUMO**

*O Popular* foi um jornal noticioso que circulou na cidade de Floriano (PI) entre os anos de 1912 e 1986. Tomando-o como fonte, este trabalho investiga um conjunto de discursos pedagógicos voltados às mulheres em Floriano (PI) nas décadas iniciais do século XX. O objetivo central desta pesquisa é a compreensão acerca dos direcionamentos comportamentais que a sociedade patriarcal do período estabeleceu para as mulheres daquela cidade. No periódico, são encontradas muitas notícias dedicadas ao público feminino que abordavam quais peças de roupa deveriam fazer parte do vestuário das mulheres, os ambientes a serem frequentados por elas, normas de comportamento para conseguirem um “bom” marido e produtos a serem consumidos pelas jovens. Assim, conclui-se que o jornal assumiu um viés “educativo” e regulador sobre as mulheres. Enquadrado na perspectiva teórica da História das Mulheres e embasado por uma fonte documental amplamente consumida pela sociedade mais abastada da cidade à época, o jornal, produzido por homens, buscou validar e perpetuar a autoridade patriarcal sobre as mulheres, principalmente no ambiente familiar, onde a autoridade masculina era predominante.

**Palavras-chave:** Floriano. Gênero. História

## **RESUMEN**

*O Popular* fue un periódico noticioso que circuló en la ciudad de Floriano (PI) entre los años 1912 y 1986. Tomándolo como fuente, este trabajo investiga un conjunto de discursos pedagógicos dirigidos a las mujeres en Floriano (PI) durante las décadas iniciales del siglo XX. El objetivo central de esta investigación es comprender las orientaciones conductuales que la sociedad patriarcal del período estableció para las mujeres de dicha ciudad. En el periódico se encuentran muchas noticias dirigidas al público femenino que abordaban qué prendas debían formar parte de su vestuario, los espacios que podían frecuentar, normas de comportamiento para conseguir un “buen” marido y productos que debían consumir las jóvenes. Así, se concluye que el periódico asumió un sesgo “educativo” y regulador hacia las mujeres. Enmarcado en la perspectiva teórica de la Historia de las Mujeres y basado en una fuente documental ampliamente consumida por la sociedad más acomodada de la ciudad en la época, el periódico, producido por hombres, buscó validar y perpetuar la autoridad patriarcal sobre las mujeres, principalmente en el ámbito familiar, donde la autoridad masculina era predominante.

**Palabras clave:** Floriano. Género. Historia.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Monografia II do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Dra. Josefina Demes, como requisito para obtenção de nota final da disciplina e para obtenção do grau de licenciada em História.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí – *Campus* Dra. Josefina Demes. E-mail: amanda.lopes.morais@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora adjunta 1 da Universidade Estadual do Piauí *Campus* Dra. Josefina Demes. Doutora em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: laurallbrandao@frn.uespi.br.

## Introdução

Durante a formação social do Brasil, as mulheres e suas necessidades foram excluídas das principais decisões administrativas, políticas e sociais, e tiveram suas necessidades e desejos negligenciados. Esse *modus operandi* do patriarcado, que inferioriza as mulheres, enraíza-se no modelo da família tradicional e dos papéis de gênero bem delimitados. Para o gênero masculino eram permitidos e incentivados comportamentos e atitudes de liderança e controle. Enquanto para o gênero feminino se esperava docilidade e submissão. Essa condição de subalternidade, construída culturalmente, pode ser observada até os dias de hoje na sociedade brasileira.

Atualmente, ainda é bastante comum encontrar casais heterossexuais em que a mulher desempenha as funções relacionadas aos cuidados domésticos e o marido fica ausente, inclusive, dos cuidados com os filhos. Parte desse modelo é reproduzido pelas próprias mulheres, que, enquanto mães, destinam atividades diferentes para os filhos de ambos os sexos. Então, quando esses filhos homens constituem família, o ciclo da distinção de atividades por gênero e da supervalorização do homem, se perpetua. Essa mentalidade de superioridade masculina também faz com que alguns homens continuem tentando controlar as vidas das suas parceiras.

A pesquisadora Joan Scott se dedicou a pesquisar o termo gênero e sua aplicabilidade no meio acadêmico, desde o seu uso, em meados do século XX, pelas feministas americanas que queriam enfatizar as diferenças baseadas “unicamente” no sexo, até os estudos mais recentes em que o termo se torna um meio para indicar construções culturais e abre espaço para novas discussões. A autora entende que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...], o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995). Sociedades em que os principais cargos de liderança são assumidos por homens tendem a discriminar a participação da mulher na formação sociopolítica e econômica do Estado. Esses modelos constitutivos buscam constantemente deslocar a mulher para exercer um papel de subserviência e passividade.

Para elaborar esta pesquisa, dialogamos com este e outros trabalhos que são referência para o campo. As pesquisas de Bassanezi, Neckel, Soihet e Pedro também foram utilizadas como aporte teórico na problematização do tema. Para Soihet e Pedro (2007), o campo historiográfico sobre a história das mulheres no Brasil e sobre as relações de gênero foi desenvolvido de maneira tardia, sendo a história uma das últimas ciências a se apropriar da categoria. Segundo as autoras, “grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal

atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. [...] via de regra, era o homem branco ocidental” (SOIHET, PEDRO, 2007). Para essas autoras:

Falar de Mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. Nesse número, categorias como ‘mulher’, ‘mulheres’ e ‘condição feminina’ eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas. A categoria ‘gênero’ ainda era novidade na historiografia brasileira (SOIHET, PEDRO, 2007).

Os papéis estabelecidos para homens e mulheres na sociedade brasileira no início do século XX eram bem definidos e distintos. Para os homens, as liberdades pessoais e as possibilidades profissionais se tornavam cada vez mais amplas, as crianças do sexo biológico masculino eram incentivadas a serem desbravadoras e aventureiras. Bassanezi explica que “[...] com distinções nítidas entre feminilidade e masculinidade, a comunicação era provavelmente mais difícil, mesmo porque o diálogo entre iguais não era algo a ser buscado, [...]” (BASSANEZI, 2004). Ainda segundo a autora:

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse casar. E o casamento era a porta de entrada para a realização feminina, era tido como o “objetivo” de vida de todas as jovens solteiras (BASSANEZI, 2004).

Uma pedagogia de submissão feminina foi idealizada e utilizada pelo patriarcado para controlar as mulheres. As representações ditas como “naturais” e embasadas pela ciência, religião e pelo Estado precisavam ser divulgadas para que a pedagogia de controle do corpo feminino fosse internalizada por todos e todas como algo inato e imutável. Sendo assim, os jornais e as revistas do século XX, de maneira corriqueira, traziam em suas edições normas intransigentes disfarçadas de “orientações” sobre o que seria considerado adequado para as mulheres, como explica Neckel: “os artigos cheios de informações e exemplos científicos, pressionando os leitores a aceitá-los como ‘verdades válidas’, deixavam perceber o caráter pedagógico/informativo dos artigos” (NECKEL, 2004). Ainda segundo a análise da autora:

As revistas valiam tanto por suas capas, títulos e fotografias como por seus conteúdos. Neles eram representados normas, condutas e valores suscetíveis de se caracterizarem como uma forma de educação. Nessa perspectiva, constituem-se como documento importante na compreensão de modelos que foram colocados à disposição dos leitores – homens e mulheres – no processo de constituição de suas subjetividades (NECKEL, 2004).

Os temas femininos dos jornais e revistas do início do século XX eram orientações para o responsável pela família controlar as mulheres sob sua “tutela”. Eles tinham autoridade formal para escolher como elas aproveitariam o seu tempo e viveriam suas vidas. Também definiam quais comportamentos e expectativas precisavam ser atendidos por essas mulheres. Ao refletir sobre esse tema, Roselane Neckel explica que muitos jornais e revistas “[...] tratavam de ‘assuntos femininos’, lidas especialmente pelas classes médias, levaram-nos ao encontro dos estereótipos e normas, sobre as relações homem/mulher naquele período. As diferenças entre os papéis femininos e masculinos eram nítidas” (NECKEL, 2004).

Assuntos como a obrigatoriedade de se manter virgem até o casamento, as obrigações do matrimônio, os cuidados do lar, a criação dos filhos, a submissão ao marido, a proibição do divórcio, entre outros de cunho patriarcal, eram facilmente encontrados nos periódicos do século XX. Segundo Bassanezi, “para as revistas da época, as mulheres não tinham o direito de questionar a divisão tradicional de papéis e exigir a participação do marido nos serviços do lar – comprometeriam, com essa atitude, o equilíbrio conjugal” (BASSANEZI, 2004).

Considerando os debates sobre gênero apresentados anteriormente, nos debruçamos sobre fontes hemerográficas que remetem ao início do século XX em Floriano com o objetivo de compreender o conjunto de discursos voltados às mulheres que eram recorrentemente veiculados na imprensa da cidade. Nosso olhar se voltou especialmente para os direcionamentos comportamentais que a sociedade patriarcal do período estabeleceu para as mulheres da cidade de Floriano/PI através do discurso jornalístico.

Para a realização da pesquisa, o jornal *O Popular* foi a fonte utilizada. Esse periódico foi um importante jornal noticioso que circulou na cidade de Floriano, estado do Piauí, entre os anos de 1912 e 1986. Desse modo, o jornal retratou os anos iniciais da vida dos munícipes e as mudanças sociais, culturais e econômicas da cidade, visto que a fundação da cidade aconteceu em 1897.

As edições correspondentes ao recorte temporal desta pesquisa foram encontradas em posse de um colecionador particular local e passaram por um processo de digitalização desenvolvido em um projeto<sup>4</sup> de extensão coordenado por professores e executado por estudantes da Universidade Estadual do Piauí no *Campus* Dra. Josefina Demes, em Floriano.

Capelato, ao refletir sobre o uso do jornal como fonte histórica, explica que:

---

<sup>4</sup> Programa Velho Monge: recuperação, preservação e disponibilização de fontes primárias piauienses. Esse projeto foi coordenado pelos professores Dr. Daniel Castello Branco Ciarlini e Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira.

[...] a escolha por um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção da vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1974 apud LUCA, 2008).

O jornal *O Popular* contém informações acerca da política, economia, sociedade e cultura florianense, além de contar com um espaço específico para veicular propagandas comerciais de variados produtos e serviços ofertados na cidade. A publicação das edições era quinzenal. Nesse periódico florianense, são encontradas muitas notícias dedicadas, exclusivamente, ao público feminino, como, por exemplo: quais peças de roupa deveriam fazer parte do vestuário das mulheres da época, quais ambientes deveriam ser frequentados por elas para que fossem respeitadas, como deveriam se comportar para conseguir um bom marido, quais produtos da cultura popular deveriam ser consumidos pelas jovens, etc.

Para além desse viés “educativo” e regulador, o jornal também foi utilizado para expressar opiniões particulares que alguns homens tinham sobre determinadas mulheres e seus modelos comportamentais, que analisaremos a seguir.

A metodologia da pesquisa consistiu em um trabalho de análise do conteúdo divulgado por décadas no jornal, com a intenção de moldar o comportamento das mulheres da região nas primeiras décadas do século XX. Por meio dessas notícias e propagandas direcionadas ao público feminino, foi possível entender a dinâmica de controle dos seus corpos que era disseminada e reforçada no periódico, assim como perceber a quem esses discursos interessavam.

Este trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira, é discutida a representação do casamento como único meio de felicidade da mulher. Na segunda parte, é explorada a ideia de submissão da mulher casada. Em seguida, ganha destaque a educação voltada às mulheres. Por fim, a discussão será sobre as propagandas exibidas no jornal voltadas ao público feminino.

## **1 “Para uma moça arranjar um bom casamento”: foco no matrimônio**

A educação feminina no início do século XX no Brasil era direcionada no sentido do matrimônio. Desse modo, as meninas cresciam vendo a submissão das próprias mães no ambiente doméstico e internalizavam que aquela seria a única maneira de viver. Quaisquer desejos pessoais que fossem contrários a esse padrão deveriam ser reprimidos. No jornal *O Popular* foram encontradas várias notícias sobre a necessidade do casamento na vida da mulher.

As prendas do lar, as instruções religiosas e os comportamentos considerados moralmente virtuosos eram ensinados desde os primeiros anos de vida. Fazer o marido feliz deveria ser o objetivo principal da esposa, pois a sua própria felicidade dependia disso. Sobre o tema, Bassanezi afirma que “o bom desempenho nas tarefas domésticas, especialmente cozinhar bem, era visto como uma garantia de conquista do esposo e manutenção do casamento: a mulher conquista o homem pelo coração, mas poderá conservá-lo pelo estômago” (BASSANEZI, 2004). Ainda segundo a autora:

[...] sua suposta capacidade de indicar com a luz do seu olhar, o caminho do amor e da felicidade àqueles que a rodeavam. Considerá-la a rainha do lar, a principal responsável pela felicidade doméstica, significava não somente atribuir-lhe um poder intransferível e significativo sobre a família – com toda a carga que essa tarefa, nem sempre viável, pudesse trazer – mas também reforçava o papel central da família na vida da mulher e, parece claro, sua dependência em relação aos laços conjugais (BASSANEZI, 2004).

A notícia *Os dois destinos* apresenta uma narrativa que reforça a mentalidade da época sobre a importância do casamento para o público feminino. Segundo a reportagem:

Maria e Magnolia.

Ambas formosas, ambas pobres, alumnas da mesma aula.

Um dia conversavam as duas meninas.

Maria – Oh! todos os dias a minha mãe me prega o trabalho, é sempre a mesma cantilena, a virtude, o sofrimento, a resignação. Eu é que não estou para isso. Quero gosar, vestir-me bem, deslumbrar.

Magnolia – Não vês que pobres como somos, não podemos pensar no luxo, na grandeza; não vês que os homens só por excepção deixam de fazer casamento que não seja de conveniência, que lhe traga dinheiro, posição.

Maria não achou casamento ou não quiz esperar, ouviu um seductor, desses que usam a cruel maxima – A' mulher tudo se promete e tudo se falta.

Dos braços do primeiro passou aos de outros, e sem dêcoro affrontava aquella sociedade que a conheceu pura.

Cada uma seguiu o seu destino, uma humilde e cheia de virtudes, outra deslumbrante e cheia de vícios.

Dar-me-a o cinismo que esta foi mais pratica, gosou mais; eu penso que sem o conforto da virtude não póde haver felicidade alguma. Antes o fêl com dever do que delicias num meio torpe, baixo e corrompido.

Oh! sim, só a virtude é digna de admiração.

Tudo mais são brilhantes falsos (O POPULAR, Ano VIII, nº 304, 1919).

O texto, assinado por José Augusto Correa, conta a história de duas amigas que seguem caminhos diferentes na vida adulta. Ele critica a que não quis casar – na época, esse deveria ser o objetivo de vida das moças de “boa” família – sob o ponto de vista da “pureza” ou ausência dela, com base na sua suposta vida sexualmente ativa que a personagem Maria teria, apesar de ser solteira. Quanto à personagem Magnolia, ele faz elogios por ser professora, não ter uma vida sexualmente ativa e se ocupar dos cuidados da mãe idosa.

A sociedade da época julgava de maneira bastante crítica as jovens que tinham sonhos diferentes do matrimônio. Havia um grande estigma em torno delas, e essas mulheres

sofriam constantemente com os julgamentos sociais e com as dificuldades de viver sem a “proteção” do marido. A mulher adulta solteira era considerada um peso para a família e para a sociedade e deveria, portanto, casar-se para viver sob a tutela do marido.

O texto *Conselhos uteis* dá dicas para as mulheres jovens conseguirem casar. Alguém que assina apenas como “observador” faz críticas ao comportamento das mulheres jovens de Florianópolis – a quem ele chama de “moças” – nos ambientes públicos da cidade, como ruas, igrejas e teatro. Ele afirma que, para se conseguir um bom casamento, elas precisam ser “rogadas”, sem dar maiores detalhes do que isso significava. Ele, aparentemente, escreve o texto para alguém específico, mas não direciona a crítica. No texto ainda se lê:

Para uma moça arranjar um bom casamento, não é preciso, quando estiver em casa, aguentar sol numa janella durante o dia, com o fim exclusivamente de olhar o seu predilecto, que muitas vezes se acha occupado; não é decente, quando estiver na igreja, virar as costas para o altar e fazer do seu namorado um santarrão; não é bonito, quando estiver no theatro, retirar completamente o olhar do palco, fazendo dos rapazes actores comicos. Uma moça deve se fazer de rogada, para ter melhor acceitação. Causa offerecida nunca teve preço, diz o adagio. Quem quizer collocar a carapuça, pode empurrar-a na cabeça (O POPULAR, Ano VIII, nº 332, 1919).

A mentalidade da sociedade da época sobre a “necessidade” do casamento entre homens e mulheres era fortalecida pelas elites e grupos conservadores. Para Elizângela Cardoso (2010), a sociedade utilizava brincadeiras de roda para fortalecer a ideia de formação do par, por meio das representações sobre o amor, o casamento e o estar a dois. E um desses ideais seria expresso na forma de socialização por meio do enlace afetivo e erótico do homem e da mulher. Ainda segundo a autora:

A Igreja Católica, ao atribuir a finalidade última do sexo à procriação erotizava os corpos e produzia a heterossexualidade. Ao impor regras e formas de usufruto do corpo, elaborava proibições que valorizavam o corpo feminino, despertando o desejo de unir os corpos e de casar, uma vez que o casamento santificava o intercuro (CARDOSO, 2010).

A cultura dominante do início do século XX buscava naturalizar o casamento entre homens e mulheres, e os meios de comunicação eram importantes ferramentas de divulgação do tema. A discussão contava com a participação de vários setores da sociedade, entre eles: líderes religiosos e representantes do poder judiciário. Desse modo, a notícia *Casamento de tios com sobrinhas* acerca do casamento entre parentes foi publicada no periódico.

O interessante problema que tanto agitou a opinião, ha mezes, preocupou tambem o espirito do dr. Netto Câmpello, um dos mais operosos dos nossos professores da Faculdade e que acaba de publicar um grande folheto – O Problema dos Casamentos Consanguineos, sobre o qual promettemos falar.

É um bom trabalho; vale a pena ser lido pela erudição romanista que encerra. Aliás, o autor é professor de Direito Romano.

Foi uma discussão que dividiu muito os espíritos, interessando a todos.

E estamos acreditando que cada um ficou com a sua opinião, entendendo uns que os tios bem poderiam casar com as sobrinhas, ou entendendo outros que isso é inconveniente.

Tendo tomado parte da confecção do Código Civil alistámo-nos entre os segundos. Achamos mesmo que o Código tendo proibido o casamento entre parentes do 2º grau e tendo permitido aos do 3º, esqueceu-se de proibi-lo também entre os primos carnais, filhos de dois irmãos e duas irmãs, cunhados entre si. Pelo Código, estes podem casar (O POPULAR, Ano IX, nº 346, 1920).

O texto trata do casamento entre tios e sobrinhas sob a perspectiva da biologia, da legalidade ou ilegalidade jurídica e da visão religiosa. Os pontos de vista eram ambíguos. Entre os argumentos favoráveis, pode-se citar: a conservação da família, evitar grave escândalo, infâmia da mulher por envolvimento suspeito com o consanguíneo, entre outros.

Além de expressar as opiniões que parte da sociedade da região tinha sobre o casamento, o jornal também republicava matérias de outros jornais, como a matéria *Um casamento de centenários*, de autoria de um jornalista estadunidense, sobre o casamento de um casal de idosos centenários. O jornalista argumenta que:

Um casamento entre anciãos, nestes vertiginosos tempos de hoje em que os jovens envelhecem cedo, é digno de registro: principalmente quando esses anciãos se casam com a paixão ardente e ingenua como o fizeram Andrés M. Morrison e Mary Augusta Barney, recentemente em Los Angeles, Estados Unidos.

Morrison conta já completos a bagatella de CEM ANNOS. Já festejou seu centenário. Miss Mary – porque convem frizar, a noiva não é viúva que console agora a segundas ou terceiras nupcias, é solteirinha, embora anciã e portanto, integralmente miss – pois miss Mary interrogada pelo juiz ao casar-se, ruborizou-se, muito, baixou os olhos envergonhada, e teve uma resposta inesperada:

– Quantos anos tenho? Esqueci. Francamente, já não sei mais a idade que tenho... Ha tanto tempo que não penso nisso, que o esqueci de todo!

Como é naturalíssimo a bisbilhotice dos reporters não podia deixar de entrevistar esse delicioso casal de noivos centenários. Ao reporter que a procurou, Miss Mary Augusta Barney fez de bom grado declarações interessantíssimas. Estava de “vera”.

Começou por dizer que não gosta de romances, porque não accredita nelles. Os litteratos inventam para se tornarem originaes: logo mentem. E miss Mary abomina a mentira.

Por isso mesmo não casou até agora. Queria fazer-lhe crer que o verdadeiro casamento é o do “amôr”. Ella estudou o amôr em vinte ou trinta “apaixonados”. Della mesma e de outras. E descobriu sempre que a paixão de todos esses noivos era mentirosa. Nem sempre mentiam elles conscientes da mentira. Mas a verdade é que mentiam ou mentiam-se. Illudiam os outros e a si próprios.

Convencida de que o amôr é uma mentira como outras muitas, que todas ellas positivamente abomina, não se deixou ella se enganar por elle, nem quando menina, nem quando moça, nem mulher feita, nem matrona. Só



*admitiria o casamento como uma combinação ininteligente. Levou toda a vida sem jamais encontrar oportunidade e parceiro com quem fizesse essa combinação. Por isso não casou.*

Devemos acrescentar, para consolo das solteironas, que a noiva Mary Augusta Barney, fez ao mesmo reporter, que entrevistou ambos, a declaração seguinte:

*– Eu jamais perdi a esperança de casar-me. Sabia que o destino havia me reservado um homem, e esperei-o com resignação e paciência. Tardou em chegar. Mas, finalmente, chegou. Não ha razão para impaciências demasiadas, que fatigam, estragam, e envelhecem mais que os annos. As solteironas não têm idade: e enquanto ha vida ha e deve haver esperança. Dizem que esta se deve perder por ultimo: eu digo que não se a deve perder nunca (O POPULAR, Ano X, nº 399, 1921, grifos nossos).*

Na narrativa sobre o casamento entre os anciões, Mary afirma não ter casado até aquele momento por não acreditar no amor. Para ela, o casamento deveria ser uma combinação inteligente. Sendo assim, o texto fortalece a ideia de que o casamento deveria acontecer para atender a uma série de convenções sociais e familiares. Nessa perspectiva, as mulheres precisavam casar virgens, cuidar do marido e da casa e gerar filhos. No Brasil, a legislação favorecia o ideal de castidade feminino. Sobre esse tema, a autora Bassanezi afirma que:

Eram raros os homens que admitiam sem problemas a ideia de se casarem com uma moça deflorada por outro. No próprio código civil estava prevista a possibilidade de anulação do casamento caso o recém-casado percebesse que a noiva não era virgem e, se tivesse sido enganado poderia contar com o Código Penal que garantia punições legais para o “induzimento a erros essenciais” (BASSANEZI, 2004).

O relato é finalizado afirmando que “para consolo das solteironas” ainda há esperança de casamento, reforçando a pressão que existia sobre as mulheres para casar. Ainda sobre esse tema, a autora Bassanezi afirma que:

[...] os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional (BASSANEZI, 2004).

A notícia *A feira dos casamentos* é sobre uma feira de casamentos que era realizada anualmente na Bélgica. Nela é oferecido um banquete e acomodações para que homens solteiros e viúvos tenham a companhia das mulheres “casáveis da localidade”. A continuação da notícia sugere que o mesmo tipo de evento deveria acontecer em Floriano para evitar que a maioria das mulheres entrasse para o “rol das tias”.

E em Ecaussins – diz uma correspondência da United Bress para os jornais – que funciona a mais curiosa e original de todas as feiras – a dos casamentos. Eucassins, pequena aldeia da Bélgica, tem um Club das Moças Solteiras, patrocinado pela communa, a cargo do qual está a feira annual das jovens casadeiras do lugar, a 16 de Maio, dia de Pentecostes. Sob os auspícios de tal sociedade, realiza-se na aldeia um banquete annual, para o qual, segundo a formula consagrada, “não ha convites especiaes”, sendo bastante que os convivas que se apresentarem sejam homens e solteiros, viúvos ou solteirões. *Venham de onde vierem são recebidos, hospedados e banqueteados na companhia das meninas casaveis da localidade. Mulheres que não sejam as moças da aldeia, não se admitem na festa, instituida com o intuito altamente e protecionista de casar as do lugar.*

Nos tempos que correm, em que os maridos, mesmo pondo de parte os bons maridos, se tornam vasqueiros, uma propaganda dessa ordem assume realmente o mais decidido caracter cívico, em qualquer localidade onde a ponha em pratica. Pode parecer que o egoismo das moças de Eucassius, não admitindo que á sua feira annual compareçam moças de procedencia estranha ao local, seja feroz, mas um ditado antigo ensina aos mortaes a sábia conduta do – Matheus, primeiro os teus – e nada ha que censurar na bravura e no espirito de exclusivismo com que taes raparigas se defendem do perigo supremo de ficarem solteironas, da ameaça incomparavel do espectro nunca assaz glosado da moça que virou tia...

O certo é annualmente, graças ao banquete do Club das Moças Solteiras de Eucassins, se levantam alguns casaes da mesa para a prefeitura, onde se celebram os casamentos anotado em um livro de ouro. E o numero dos enlaces que annualmente resultam da feira basta para justificar os dinheiros que a communa, o commercio local e particulares dão originalissimo club como auxilio á sua tarefa de fazer propaganda ante-maltusiana por maneira tão pratica, activa o muitissimo compativel com o espirito largamente commercial e reclamista dos tempos modernos.

*Alvitramos a idea para que se faça uma feira dessas em nossa cidade. Uma vez por anno nada altera, pois o numero de moças que estão entrando vertiginosamente para o rôl das TIAS, é assombroso!* Um banquete por mez, do qual resulte um casamento, pode ser que alivie um pouco, arrancando desse marasmo em que vivem muitas de nossas patricias.

O illustre Intendente Municipal, intenso como é ao celibato, poderá imitar o prefeito de Eucassins, auxiliando monetariamente esse futuro Club Casamenteiro (O POPULAR, Ano X, nº 414, 1921, grifos nossos).

O texto é finalizado sugerindo, inclusive, que o Intendente Municipal de Floriano deveria separar recursos monetários para realizar um banquete mensal para conseguir casar algumas moças da cidade, pois afirma que esses investimentos seriam justificados com a realização de alguns casamentos. Corroborando, assim, a mentalidade popular que afirmava que a mulher, para ser respeitada pela sociedade, deveria estar casada.

O casamento foi um tema bastante discutido pelas sociedades patriarcais. No período pesquisado, era comum que os casamentos fossem “arranjados” pelos pais ou responsáveis dos noivos com o intuito de fortalecer laços e conseguir vantagens econômicas e sociais. Não era incomum que homens adultos casassem com mulheres bem mais jovens que eles. Logo,

desde muito cedo, as meninas eram ensinadas a aceitar, sem questionar, os parceiros escolhidos por outras pessoas para elas.

## 2 “Acima de tudo a minha autoridade de marido”: a submissão da mulher casada

A mulher casada precisava atender a certos critérios sociais (cozinhar, lavar, passar, entre outros) e se comportar com docilidade e mansidão para provar o seu valor. Ela precisava ser uma mãe amorosa, zelosa e sempre atenta às necessidades e vontades dos filhos, em detrimento das suas. Também precisava estar sempre atenta aos cuidados do lar e às necessidades do marido. Sobre essas obrigações atribuídas às mulheres, a autora Denise Bernuzzi de Sant’Anna afirma que “[...] cabia à esposa manter-se atenta ao possível apagamento da chama amorosa. Também cabia a ela cozinhar e provar seus dotes culinários diariamente” (SANT’ANNA, 2014). E, principalmente, o que se esperava dela era: submissão ao marido. A matéria *Um paiz onde a autoridade do marido é coisa séria* trata sobre o papel submisso a ser desempenhado pela esposa:

*Ao que parece, os americanos têm em grande conta a autoridade marital.*

Numa das primeiras cidades dos Estados Unidos está sendo agora muito discutido um casal, pelo simples facto de o marido não ceder á vontade, ou antes, ás vontades da mulher.

Eis o caso:

Mistress Harrington queria á toda força que o marido fosse a missa. E como resultassem infructíferas todas as diligências que fez nesse sentido de que havia de lembrar-se? De experimentar a greve da fome, imaginado assim commovel-o.

Oito dias de jejum – e nada. Duas, três semanas, um mez. – idem. Quarenta dias, quarenta e um, quarenta e dois e a nada elle se moveu. Ao quatrigesimo terceiro dia, como a fraqueza já fosse demasiada, mistrees Harrington resolve-se a fazer concessões. E mandou lhe dizer que ao menos não bebesse tanto.

– Que tinha sempre muita sêde – respondeu o marido.

– Pois bem – tornou a mulher – que beba, mas que seja commedido na linguagem.

– Impossivel.

Interrogado por um amigo o marido disse-lhe:

– Eu podia muito bem sem grande sacrificio frequentar a igreja, deixar de beber e fallar menos livremente. Mas não quero Não quero porque, cedendo a qualquer dos pedidos de minha mulher, ella tomava gosto ás greves e não acabava mais.

– E se ela morrer? Não tens remorsos?

– Nenhum. *Acima de tudo a minha autoridade de marido* (O POPULAR, Ano X, nº 400, 1921, grifos nossos).

A notícia aborda a vida de um casal estadunidense em que o marido não cede a nenhum dos apelos da esposa sobre coisas do cotidiano, ainda que a consequência da sua atitude pudesse ocasionar o óbito da mesma, apenas porque quer manter a “autoridade” do lar. A justificativa seria a manutenção da autoridade de marido. A reprodução dessa reportagem

no jornal *O Popular* demonstra a concordância e a intenção de reproduzir esse tipo de comportamento na cidade. Utilizam-se, inclusive, da ideia dos Estados Unidos serem um local desenvolvido e de onde os comportamentos deveriam ser reproduzidos.

A mulher casada, a quem a sociedade atribuía o título de “rainha do lar”, não tinha liberdade para tomar decisões de impacto sobre a rotina da casa, sua vida e nem a vida dos filhos. As decisões de família eram, via de regra, destinadas ao marido, a quem atribuíam o título de “chefe da família”.

O texto *A autoridade doméstica* dissemina e reforça a mensagem de submissão da mulher casada perante as decisões do cônjuge. No texto, o autor apresenta a situação marital do senhor Gonçalo e afirma que “sempre pareceu o mais infeliz dos homens, não só o mais infeliz, porém, o mais ridículo dos homens, aquelle pobre sr. Gonçalo, em cuja casa a galinha canta mais que o galo”. Na matéria, um homem faz observações sobre o relacionamento de um casal que ele conhece, criticando a dinâmica íntima dos cônjuges. O autor utiliza uma linguagem figurativa que compara a esposa a uma galinha. O sujeito citado na reportagem é apresentado como aquele em que o casamento foge às regras matrimoniais do período. A casa teria como chefe a esposa, o que causava não somente estranhamento no autor do texto como também um grande desconforto diante da não submissão da mulher ao marido.

O autor do texto ainda narra a sua experiência com a esposa para impor sua autoridade no casamento:

[...] faço todo o possível para as cousas se passarem cá com a minha pessoa de uma maneira inteiramente diversa da que se passa em casa do cidadão Gonçalo; mas se ha no mundo cousa difficil e complicada esta é sem duvida, o marido manter em casa a sua autoridade, sem muitas brigas, com a cara metade (agora com a abertura dos theatros ficaram carissimas!) sem questões com os creados, etc., etc.

*A princípio minha esposa, Querobina, abusando da minha doçura durante a lua de mel foi pondo as manguinhas de fora, resolvendo as cousas por si, dando ordens, exigindo de mim certas couzas, etc, que quando eu dei fê já a queridinha estava cantando muito mais do que eu... Ora, e todo mundo sabe que uma casa desta categoria é um caso perdido: "mulher que grimpou uma vez, grimpada está: não baixa a crista nunca mais.*

Então pensei com os cordões da camisa de dormir, que havia necessidade urgente de mudar de feitio com a Querobina: mas, na primeira opposição que lancei a um dos seus decretos, babão. Fui inteiramente derrotado...

Fingi, com uma astucia que não me arrependo, não ter ainda percebido que a minha casa havia se tornado inteiramente semelhante á do Gonçalo: e com muita solenidade a adoptar este plano que tem dado os melhores resultados: fazer barulho, usar de uma energia fabulosa, berrar para obter... as cousas que a Querobina deseja.

Eu me explico: por exemplo, a minha mulher olha para o étagere e murmura: – Estou com vontade de transportar este cabide para aquelle canto...

*Não digo nada, fingindo que não ouvi o que ella desejou; mas dahi a pouco chamo pela creada e ordeno com toda a severidade:*

– Eu quero que este cabide seja transferido para aquele canto...  
– Mas...  
– Não tem mas algum...  
Faço questão! Está me incomodando a vista este raio de cabide ahi em tal lugar!  
*Querobina não se opõe, porque fui ao encontro dos seus desejos e fica assombrada com o meu tom autoritário: já vae se convencendo aos poucos que eu sou uma fêra!* (O POPULAR, Ano XXII, nº 864, 1933, grifos nossos).

Também é possível perceber que, inclusive, a funcionária do sexo feminino deveria ser submissa ao chefe da casa. Vale ressaltar ainda que, na conclusão da narrativa, o autor afirma que a esposa teme seu autoritarismo, e que o mesmo naturaliza e se vangloria por ter esse tipo de comportamento.

A pressão que a sociedade patriarcal exercia sobre a mulher casada exigia que ela se comportasse dentro dos padrões considerados adequados. Performar docilidade, mansidão e feminilidade era uma obrigação. A mulher precisava estar sempre pronta para atender às necessidades do marido e dos filhos, mesmo que, para isso, fosse preciso sacrificar os seus próprios desejos. Além disso, até mesmo decisões de caráter pessoal das vidas das esposas eram decididas pelos maridos. Eles também tomavam as decisões relacionadas ao ambiente doméstico e à vida dos filhos.

### **3 “Formam os espíritos daquelas que mais tarde serão mães de família, anjos do lar”: a educação feminina sob a égide do patriarcado**

Para que o patriarcado continuasse dominante e as mulheres continuassem ocupando posições de coadjuvantes na história e de subordinação no modelo tradicional familiar, toda uma ideologia foi criada, propagada e absorvida socialmente. Mas, principalmente, internalizada pelo grupo a quem ela se destinava: as mulheres. Desse modo, além da educação recebida em casa, algumas instituições religiosas e estatais se encarregaram de educar as jovens mulheres. Nesses lugares, o objetivo era que elas aprendessem a pensar e a se comportar dentro do padrão estabelecido para elas.

A notícia *Eduquemos a mulher* trata da fundação – em Florianópolis – de um colégio católico idealizado por um grupo de homens, sob a orientação de um representante da Igreja Católica na cidade, o monsenhor Joaquin Lopes. A direção ficou sob a responsabilidade de um grupo composto por mulheres da mesma instituição: as Irmãs pobres de Santa Catharina de Senna. Segundo a matéria, no colégio se “formam os espíritos daqueles que mais tarde serão mães de família, anjos do lar”. O autor ainda afirma que “falta-lhe apenas o bom aproveitamento, pela educação aprimorada e bem cuidada, tornando-o uma raça moralmente

forte, mais culta e progressista, apta ao seu amplo e sempre crescente desenvolvimento”. O local se tratava de uma escola voltada para moças das famílias abastadas da cidade, que no texto são denominadas de “moças patricias”. Ainda na reportagem sobre a fundação do referido colégio:

[...] um grupo de distintos cidadãos de nosso meio social, sob a orientação inteligente de monsenhor Joaquim Lopes, na firmeza estoica do poder da vontade, teve a idéa feliz de fundar nesta cidade um collegio catholico dirigido pelas Irmãs dos Pobres de Santa Catharina de Senna, e destinado a educação das moças patricias.

E logo a idéa, passando a sua prompta objectificação, pela realização dos esforços concertados, recebeu por parte de toda a população os mais francos applausos, merecendo valiosos auxilios com que se deu o primeiro passo para a erecção da grandiosa obra, que reverterá em beneficio da collectividade. Dentro em três dias, a aquisição de algumas casas e de um vasto terreno situados em poto magnifico e central desta cidade, foi como que a pedra fundamental do edificio, que dentro em pouco se erigirá, como prova de nosso amôr ás letras, á civilização e ao futuro que nos está reservado.

De facto, de estabelecimentos instructivos dessa ordem, depende o bom futuro de um povo. *Nelles se formam os espiritos daquellas que mais tarde serão mães de familia, anjos do lar, a quem são confiados os primeiros cuidados e a primeira educação dos pequeninos seres, promissoras esperanças de uma patria figna do convivio internacional pela sua grandeza, civilização e cultura, e digna das benções dos céos, pela sua crença na pratica dos sublimes ensinamentos de Christo. Só essa educação edifica, constroe, eleva e dignifica.*

Lancemos esses bellos fundamentos, principal condição de nossa melhor evolução moral e intellectual, e muito teremos feito.

Até agora, na possibilidade de nossas forças, temos cuidado da educação dos moços. Extendamol-a um pouco mais a toda a nossa brilhante mocidade, pugnando por melhor educação de nossas jovens patricias. Assim, marcharemos unidos, par a par, na senda gloriosa das mais legitimas aspirações, á conquista final de nossos mais puros ideaes.

O nosso auxilio será franco e os nossos applausos entusiasticos (O POPULAR, Ano X, nº 419, 1921, grifos nossos).

A matéria, publicada no ano de 1921, remete a um período em que o acesso à educação era restrito a uma pequena parcela mais abastada da sociedade. As escolas tradicionais eram destinadas a membros do gênero masculino. A educação para as mulheres, em grande medida, era realizada no ambiente familiar e tinha como objetivo prepará-las para as atividades domésticas. Logo, a citada escola tinha o propósito de continuar com esses ensinamentos considerados pela sociedade da época como o ideal para o gênero feminino, tais como: casar e ter filhos. Essa educação possuía um viés religioso que deveria ser seguido pelas mães e repassado aos filhos. De acordo com Elizangela Cardoso (2010), “as filhas das famílias mais ricas tinham um refinamento educacional adquirido mediante rudimentos de leitura e escrita, além da educação de salão”. Ainda segundo a autora:

As jovens que buscavam educação formal no início do século XX encontravam, por sua vez, um quadro constituído de aulas particulares primárias e por algumas escolas públicas e privadas, polarizadas pelas propostas pedagógicas que marcavam o panorama educacional: educação leiga x educação religiosa (CARDOSO, 2010).

A matéria de título *Curso elegante* fala sobre a realização de um curso destinado às mulheres e ministrado por um padre que era diretor escolar na cidade de Florianópolis. De acordo com a matéria, a educação da mulher estava descuidada e o intuito seria prepará-las para assumir o seu papel na sociedade, sem dar maiores detalhes sobre o curso e sobre o que seria ensinado. Acerca do tema, o texto aponta que:

É este o nome dado espontaneamente ao *curso, para o bello sexo*, que o Padre Moysés P. dos Santos, Vice Director do collegio Atheneu Florianense, acaba de abrir em uma das dependencias do vasto edificio onde o mesmo collegio funciona.

É elegante mesmo ver-se passar pelas ruas, em grupos, bando de moças, abraçado livros, com risos nos labios, portadoras de mil graças juvenis.

Sobre ser elegante, é util e proveitoso, porquanto em nosso meio, infelizmente, muito se tem descuidado *a educação da mulher que, na realidade, precisa de avultada somma de conhecimentos para bem desempenhar a sublimidade da missão que lhe está reservada na sociedade.*

O Curso Elegante vae tendo a melhor acceita ao possivel, a julgar se pelo numero da frequencia e pelas alumnas que são na sua totalidade moças da nossa melhor sociedade.

Que a vida do Curso Elegante seja duradoura, trazendo, os beneficios resultados que esperamos, são nossos ardentes votos (O POPULAR, Ano XV, nº 625, 1927, grifos nossos).

Na notícia é possível perceber que a intenção do patriarcado local, com o apoio da Igreja, é “educar” as jovens para que, na vida adulta, elas pudessem exercer as funções consideradas inatas do gênero feminino, tais como: casar, ter filhos, ser submissa ao marido, ser boa cozinheira e desenvolver as demais atividades relacionadas à vida doméstica. Esse tipo de raciocínio determinava que o ambiente “natural” para a mulher seria o privado, não permitindo que essas mulheres tivessem liberdade para fazer as suas próprias escolhas.

Esses cursos voltados para o ensino de atividades domésticas e manuais eram fundamentais para que a ideologia patriarcal fosse disseminada e reproduzida pelo público feminino, pois eles propagavam mensagens que buscavam naturalizar a permanência das mulheres no ambiente privado, reforçando, assim, o papel de subserviência ao marido.

#### **4 “O vestuário das meninas”: as propagandas para o público feminino**

Nas páginas de anúncios comerciais do jornal *O Popular*, era possível encontrar mais orientações direcionadas ao público feminino, entre elas: modelos de vestidos separados por faixa etária e remédios milagrosos que prometiam curar doenças uterinas e que eram

assegurados pelo “chefe da família”. Para a autora Sant’Anna, “uma parte da imprensa dirigida às mulheres funcionou de fato como um ‘concentrado amplificador’ dos sentimentos vistos como tipicamente femininos” (SANT’ANNA, 2014).

O vestuário considerado “adequado” para as mulheres sempre foi motivo de grandes discussões entre os grupos mais conservadores da sociedade. Na primeira metade do século XX, as opiniões sobre o tema geravam intensos debates sobre quais peças seriam moralmente toleradas e quais eram inadequadas para mulheres de boa família e com valores morais inquestionáveis. As vestimentas eram mais um obstáculo que impedia a igualdade entre homens e mulheres, e a combinação entre saia e blusa ou vestido era a “orientação” comum para elas. O tamanho das peças também era controlado, pois não poderiam ser curtas nem muito decotadas.

Figura 1 – O vestuário das meninas.



Fonte: Jornal O Popular, nº 616, 30 de janeiro de 1927.

A propaganda apresentava vários modelos de vestuário que deveriam ser adotados pelas mulheres para se enquadrarem no padrão estabelecido pela sociedade patriarcal, desde a infância até a fase adulta. O jornal exibia seis modelos de corpos femininos, representando a infância, a juventude e a fase adulta da mulher. As vestimentas a serem adotadas pelo público feminino eram modelos de vestidos e saias, peças amplamente utilizadas pelas mulheres até meados do século XX.

Acerca desse tipo de conteúdo publicado nos periódicos da época, a autora Sant’Anna também afirma que “[...] as revistas também ensinavam como se contentar com os



espaços tipicamente femininos, numa vida rodeada por ‘coisas de mulher’: a casa, os filhos, o amor conjugal e, junto deles, os produtos para embelezar” (SANT’ANNA, 2014). A coerção social atuava em várias áreas da vida das mulheres. Na matéria a seguir, retirada do jornal *O Popular* do ano de 1928, esse aspecto pode ser observado:

Figura 2 – Palavras de um chefe de família.



**Senhorita Noquinha Muniz**

**MANOEL HERME-  
NEGILDO MUNIZ**

(Capitão-Director da  
Penitenciaria do Es-  
tado, com Exercício  
na Secretaria da  
Fazenda).

Amigo e Sr. phar-  
maceutico

**BERNARDO PEDRO-  
SA CALDAS**

Nesta cidade.

Sou contrario aos  
engrossamentos e aos  
reclames mas não  
posso calar diante do  
milagre operado pelo seu preparado REGULADOR  
PEDROSA, em tão boa hora aconselhado por meu  
filho pharmaceutico Benedicto Muniz, á sua irmã,  
minha filha, senhorita Noquinha Muniz, que doente  
ha alguns annos, restabeleceu-se por completo com  
o simples uzo de TRES VIDROS. E porque vejo a  
minha filha contente e feliz, tomei a deliberação de  
lhe dirigir esta em signal de gratidão, offercendo-  
lhe a photographia da referida menina, podendo des-  
ta carta e referida photographia fazer o uzo que lhe  
convier.

Maranhão, 5 de Março de 1925.

*Manoel Hermenegildo Muniz.*  
Firma roconhecida pelo tabellião dr. Adelman  
Corrêa.

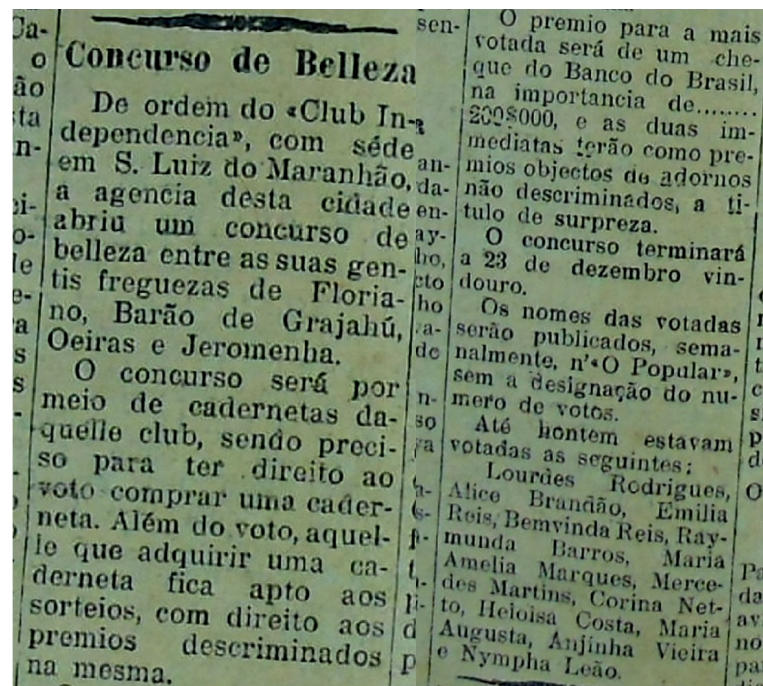
Fonte: Jornal O Popular, nº 656, 01 de janeiro de 1928.

A propaganda teve o intuito de divulgar e atestar a eficácia de um fármaco – sem explicação sobre que doença ele tratava ou sobre a indicação de uso – que teria curado uma jovem mulher de alguma enfermidade não declarada. A suposta enferma tem sua imagem divulgada no periódico com a autorização do pai. Ele declara que o outro filho, do sexo masculino, seria o responsável pela indicação do uso do “preparado” Regulador Pedrosa e ainda afirma sobre a imagem da filha: “fazer o *uzo* que lhe convier”.

O texto supracitado revela que o controle patriarcal no ambiente familiar era dominante. A esposa e os filhos, principalmente as do sexo feminino, tinham a obrigação de obedecer e acatar todas as ordens do “chefe da família”.

No ano de 1927, o jornal publicou uma matéria – a primeira de várias – sobre concursos que tinham como objetivo escolher a jovem mulher mais bonita das cidades de Floriano, Jerumenha e Oeiras, no estado do Piauí, e da cidade de Barão de Grajaú, no estado do Maranhão. O jornal noticiou:

Figura 3 – Concurso de beleza.



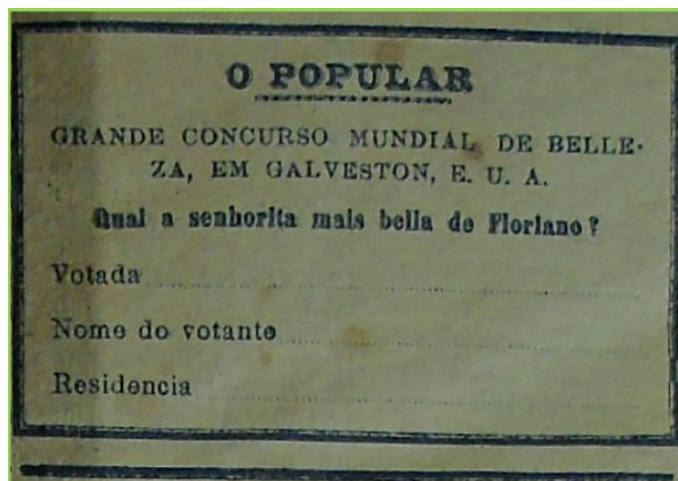
Fonte: Jornal O Popular, nº 656, 01 de janeiro de 1928.

As mulheres também precisavam atender a um conjunto de exigências estéticas estabelecidas pela sociedade patriarcal para serem respeitadas e aceitas pelo grupo social. A preocupação com a aparência e a educação voltada para conseguir um “bom” casamento as obrigavam a buscar constantemente meios de atrair a atenção dos homens que seriam seus possíveis pretendentes. Sobre o mito da beleza, a autora Wolf afirma que “[...] se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade já não conseguem impor” (WOLF, 2018). Ainda sobre o tema, a autora também conclui que encarnar a beleza é socialmente visto como uma obrigação para as mulheres e não para os homens.

No ano de 1928, o jornal publicou uma ficha de votação para promover a escolha da jovem mais bonita da região. A ficha citava um concurso internacional de beleza realizado nos Estados Unidos – país visto como desenvolvido – reforçando, no imaginário popular, a necessidade de reproduzir certos comportamentos daquele país. Para eleger a mulher mais bonita da região, era preciso informar o nome da escolhida, o nome do eleitor e sua

residência. Logo, a participação no concurso – das candidatas e dos votantes – era restrita a uma parcela mais abastada da população da região.

Figura 4 – Ficha de votação.



Fonte: Jornal O Popular, nº 699, 27 de janeiro de 1928.

As propagandas dedicadas ao público feminino e exibidas no jornal *O Popular* tinham como tema a estética a ser adotada pelas mulheres e reforçavam um ideal de “beleza” que precisava ser constantemente alcançado por elas. A partir do ano de 1927, as referências ao concurso *Miss Universo* passaram a fazer parte do conteúdo regular do jornal, e concursos regionais foram criados com o objetivo de escolher a jovem mulher mais bonita da cidade e áreas circunvizinhas.

### Considerações finais

O trabalho em questão – por meio da análise do periódico – revelou que as notícias que tratavam de assuntos femininos eram, na verdade, destinadas aos homens considerados os “chefes da família”. Esses homens pertenciam a uma minoria socioeconômica mais abastada da sociedade local, que sabia ler e frequentava ambientes em que as normas de etiqueta vigentes eram levadas a sério. Desse modo, as notícias favoreciam a continuidade da disseminação de ideias de submissão da mulher ao homem.

Conclui-se que o jornal assumiu um viés “educativo” e regulador sobre as mulheres da cidade de Florianópolis e região. O jornal, produzido por homens, buscou validar e perpetuar a autoridade patriarcal sobre as mulheres, principalmente no ambiente familiar, onde, na época, a autoridade masculina era predominante.

Os textos da época abordaram diferentes temas do cotidiano, porém foi possível perceber que os conteúdos eram repletos de conservadorismo, influência religiosa e

preconceitos de gênero. O casamento foi um tema recorrente nas notícias, mas os papéis que homens e mulheres desempenhavam nele eram totalmente distintos. As ideias de superioridade do marido sobre a mulher e de submissão dela em relação a ele também eram reforçadas constantemente.

Ficou constatado que as mulheres pobres e negras não tinham espaço nas edições quinzenais do periódico. Isso era interessante para os homens com influência, pois, para eles, essas mesmas mulheres também tinham um papel a desempenhar em suas vidas, distante dos ambientes formais e familiares.

Por fim, apesar das conquistas do movimento feminista e dos avanços legais que favorecem a luta por igualdade entre os sexos, o patriarcado continua limitando os corpos femininos e causando prejuízos nas vidas das mulheres brasileiras.

## **Referências**

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 7, n. 10, p. 158-179, 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

NECKEL, Roselane. **Pública vida íntima: a sexualidade das revistas femininas e masculinas (1969-1976)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

**O POPULAR**. Jornal independente e noticioso. Florianópolis, 1918-1934.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 129-146, 2007.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.